



FENACON
SISTEMA BESCAP/BESCON

Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisa.

Press Clipping



ONLINE
Valor

Indústria tem R\$ 10 bilhões para modernizar ensino profissional

Sérgio Adeodato, para o Valor, de São Paulo
03/02/2010

Para fazer frente às transformações do mercado que geram novas exigências e requisitos básicos à força de trabalho, o setor industrial está investindo R\$ 10,5 bilhões para modernizar a educação profissional e ampliar em 30% as vagas nos cursos de nível técnico e superior da rede que envolve o Sesi e o Senai. "O país está diante de escolhas que vão definir o seu futuro, e a educação é uma peça-chave", afirma Rafael Lucchesi, diretor de operações da Confederação Nacional da Indústria (CNI). "Inovação, sustentabilidade, segurança no trabalho, gestão da qualidade, inclusão digital - são diversos os paradigmas emergentes que aumentam a complexidade na formação de mão de obra", completa Lucchesi, ao explicar o que motivou a instituição a criar o programa Educação para a Nova Indústria, com ações para o triênio 2007-2010.

A iniciativa, voltada para garantir a competitividade industrial, é um dos pilares da agenda estratégica, definida pela CNI para o período 2007-2015, com foco no desenvolvimento sustentável mediante agregação de valor e inovação. Até o fim de 2010, em comparação com três anos atrás, o país deverá ter uma demanda adicional de cerca de 400 mil técnicos, em consequência do aquecimento da economia, de acordo com estimativa da CNI. "Mas toda vez que o país cresce 4% ou 5% por um período mais longo, cria-se uma grande dificuldade para encontrar mão de obra qualificada, o que limita a expansão econômica", adverte Lucchesi.

A tendência, no entanto, é a contratação de recursos humanos com maior escolaridade. Nos EUA e Europa, a média da escolaridade dos trabalhadores é de 12 anos. Na Coreia do Sul, dez anos. No Brasil, a força de trabalho frequentou a escola, em média, por apenas cinco anos. "O problema é que, em contraposição, a indústria brasileira está contratando profissionais com escolaridade média de 11 anos, igual à do Japão", informa o diretor. "A defasagem indica que há vagas em aberto por falta de trabalhadores qualificados."

O quadro espelha a falta de investimento público em educação. Enquanto os países da OCDE investem 6% do PIB no setor, o Brasil aplica 5%. Como resultado, apenas 14% dos jovens com idade para ter concluído o ensino médio efetivamente receberam o diploma. Na Coreia do Sul, esse número é de 55%; na China, 45% e, na Índia, 26%. "Entre outras razões, esse cenário explica por que é importante o setor industrial, apesar de pagar tributos, investir no sistema educacional próprio", diz Lucchesi. É também uma questão estratégica: a qualificação das pessoas - no fim das contas, o motor que sustenta os negócios - não pode, na visão do setor industrial, depender de ciclos políticos e correr o risco da descontinuidade.

A meta da CNI é promover a conclusão do ensino fundamental de 40% da força de trabalho da indústria, no total de 1 milhão de trabalhadores e também de seus dependentes - cerca de 600 mil jovens e adultos. Além disso, espera-se que seja atendida 30% da demanda para a formação de nível médio nas indústrias. Hoje são realizadas 2 milhões de matrículas por ano nos cursos técnicos e de nível superior, com plano de expansão. Desde o início do programa, foram aplicados mais R\$ 57 milhões no desenvolvimento pessoal, com a formação de professores, técnicos e gestores. "Precisamos de competência técnica mais sólida, maior número de cursos técnicos e carga horária ampliada", destaca Lucchesi. Estão previstas também iniciativas para a reformulação das metodologias de ensino e conteúdos educacionais, além do reaparelhamento da infraestrutura.

"O programa é transformador, porque está sustentado nas demandas da indústria", avalia Regina Torres, diretora de operações do Senai Nacional. É forte a tendência de interiorização da produção industrial, com a formação de novos polos de desenvolvimento. Para chegar às novas regiões industriais, a instituição sai dos próprios muros, criando mecanismos mais flexíveis e móveis para o atendimento longe das capitais.

É o caso das atividades de qualificação realizadas dentro das indústrias ou então sobre quatro rodas, a bordo de

veículos que chegam a lugares mais remotos. Nos últimos dois anos, foram abertas mais de 124 mil vagas, nesse modelo. Em Goiás, o sistema funciona para a indústria de alimentos. No Rio, tem se mostrado eficiente na para a indústria de petróleo e gás. "É essencial a cobertura abrangente, em todo o território nacional", ressalta Torres.

Os bancos da escola cada vez mais presentes nas empresas

Sérgio Adeodato, para o Valor, de São Paulo
03/02/2010

O desafio era difícil: melhorar o resultado financeiro da indústria, sem unicamente cortar custos ou apelar para demissões. A alta direção da Fiat no Brasil precisava atingir uma meta ambiciosa. No auge da crise internacional, no ano passado, a saída chegou pela via da educação. Após um evento de mobilização, 120 funcionários das diversas áreas da empresa, de todos os níveis e diferentes gerações, dividiram-se em grupos para participar durante três meses de atividades para sensibilização e troca de experiências.

As boas ideias começaram a aparecer. O caminho escolhido foi aumentar o faturamento por meio de novos negócios, a partir da criação do Plano de Competitividade Integrada (PCI), sob a orientação de uma tradicional escola de gestão empresarial - a Fundação Dom Cabral (FDC), de Belo Horizonte. Logo surgiram projetos inovadores - de materiais mais baratos e ecológicos para uso nos veículos à abertura de canais eficientes de venda e até alternativas de mobilidade urbana para aumentar a venda do automóvel. "Na ponta do lápis, os projetos resultaram cifras que superaram em muito a expectativa", revela Glizia Prado, gerente de competências e desenvolvimento da montadora. Diante do sucesso, conta a gerente, "o case ganhou projeção no mundo e será incorporado como uma metodologia de inovação da companhia".

Trata-se de uma típica atividade educacional, atualmente em expansão nas empresas, tendo como pano de fundo um cenário de mudanças no mundo dos negócios. Crise de talentos, envelhecimento da população, aumento da mobilidade global e busca por inovação são questões recorrentes nos planos estratégicos das indústrias, com impactos na força de trabalho. É cada vez mais intensa a aplicação de técnicas rigorosas de avaliação dos profissionais para o controle do desempenho e produtividade.

Liderança, capital social e sustentabilidade estão na ordem do dia. Programas de educação customizados "in company", moldados para a realidade e os desafios de cada empresa, representam hoje a maior parte dos R\$ 80 milhões faturados pela FDC. Em 2009, mais de 18 mil executivos participaram de atividades de qualificação dentro das empresas onde trabalham. "O método permite maior processo de imersão", explica Heitor Coutinho. "O diferencial é transpor a teoria para a realidade prática da indústria, utilizando soluções e ferramentas de gestão voltadas para resultados", explica Coutinho.

"Mais que o domínio de tecnologia, o desafio está na excelência de gestão e qualificação de pessoas", afirma Ricardo Corrêa, diretor da Fundação Nacional de Qualidade (FNQ). Em 2009, a FNQ capacitou 2,8 mil profissionais em atividades abertas, a maior parte de treinamento a distância, ou desenvolvidas sob medida dentro de empresas. "A tendência é o modelo ganhar escala e se expandir na cadeia produtiva das empresas que investem na educação, como ocorre no setor de petróleo e gás, a partir do programa da Petrobras."

"Metas só são atingidas se as pessoas estiverem preparadas na solução prática de problemas", lembra Eliana Voldman, gerente de treinamento e desenvolvimento da AmBev, uma das primeiras que investiram no novo modelo para integrar programas de capacitação e aprendizagem. Criada há 15 anos, Universidade AmBev recebeu até o momento R\$ 150 milhões em investimentos, dos quais R\$ 16 milhões em 2009, quando 31 mil funcionários participaram dos treinamentos - desde o chão de fábrica até o quadro executivo.

Na Klabin, a qualificação gerencial começou em 2004, para suprir necessidades de gestão após transformar-se em S/A e ter uma estrutura centralizada. "Havia problema de liderança e faltava unidade nas ações", conta Rosa Pires, gerente de desenvolvimento organizacional. Como resultado do Programa Klabin de Desenvolvimento, do qual participaram 300 gestores de vários lugares do país, "foi possível abrir o diálogo com as diferentes áreas de negócio, aumentando a visibilidade para direcionar novos investimentos e manter a empresa sustentável".

A CPFL contribuiu para que os escalões mais baixos também se apropriassem da estratégia empresarial. O programa educacional começou direcionado à presidência e vice-presidência e foi repassado para 150 gestores, motivados pelo propósito de aumentar a sinergia do conhecimento disponível e gerar resultados.

Com investimento de R\$ 3,5 milhões, foram criadas quatro escolas: uma de especializações, outra de mercado e cliente, além de uma terceira para lideranças e outra para capacitação e suporte, conta Lucilaine Bellacosa, gerente de desenvolvimento de pessoal.

Desafio é identificar soluções para manter jovens motivados

Rachel Cardoso para o Valor, de São Paulo
03/02/2010

Taboão da Serra, município da Região Metropolitana de São Paulo, atraiu atenção internacional pelos resultados alcançados num dos pontos mais frágeis da sociedade brasileira: a educação. Medidas simples, como aproximar os professores da realidade doméstica de seus alunos, se traduziram em números expressivos. Um sinal disso pode ser observado na redução de cerca de 40% da evasão escolar, eterna vilã do ensino nacional. Não à toa, programas implantados por lá, entre os quais o Interação Família Escola, serviram de modelo para Sundbyberg, na Suécia.

Em Santa Rita do Sapucaí, Minas Gerais, notadamente na Escola Estadual Doutor Luiz Pinto de Almeida, a evasão foi zerada ano passado. Também não foi o único feito resultante de um vasto processo de transformação, que ao levar a comunidade para a escola e vice-versa, conseguiu promover o acesso ao ensino profissionalizante, um importante suporte para a economia local. Embora não exista uma solução única para coibir a desistência, bem mais acentuada no ensino médio, as experiências citadas mostram a diferença que motivar o aprendizado pode fazer na prática.

A pesquisa "Motivos da Evasão Escolar" do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV-RJ) comprova que o desinteresse pelo conteúdo das aulas é a principal causa do abandono para 40% dos jovens entre 15 e 17 anos que deixam a escola. A necessidade de trabalhar aparece em segundo lugar, com 27% das respostas. Em seguida vem a dificuldade de acesso à escola, com 10,9%. "Para vencer essa batalha é preciso convencer pais e filhos de que estudar vale à pena", diz o economista Marcelo Neri, coordenador do estudo.

Segundo o economista, a taxa de retorno social é alta, embora de longo prazo. "Existem melhoras comprovadas na saúde, observadas a partir de maiores investimentos no ensino e na renda associada", relata o estudo, que explica as causas da evasão a partir de três tipos básicos de motivação.

O primeiro deles é o desconhecimento dos gestores da política pública, restringindo a oferta de serviços educacionais. Outro é a falta de interesse intrínseco dos pais e dos alunos sobre a educação ofertada, seja pela baixa qualidade percebida ou por desconhecimento dos seus impactos sociais. Uma terceira é a operação de restrições de renda e do mercado de crédito que impedem as pessoas de explorar os altos retornos oferecidos pela educação no longo prazo.

Segundo Neri, não basta garantir acesso e criar programas de transferência de renda para amenizar o grave problema que atinge quase 20% de toda a população entre 15 e 17 anos. "A escola precisa ser mais cativante", diz. "E a motivação precisa ser criada a partir de um olhar pelo lado da demanda."

A ampliação dos condicionantes de aprendizagem envolve de fato o conhecimento de experiências que vão além da teoria. Daí a necessidade de trabalhar fatores externos e internos no combate à evasão. "O jovem não vê perspectiva na escola", diz a professora de psicologia Sílvia Collelo, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). "O mercado de trabalho é muito mais atraente em determinado momento da vida porque dá aquela falsa sensação de estabilidade."

Segundo a professora, os valores são deturpados pela própria sociedade para a qual ter é melhor que saber. Por isso, o emprego ainda é tido pela maioria das famílias como fator de qualificação pessoal e realização. Em contrapartida, os valores educacionais pouco são exaltados. "A estratégia de aproximar da família da escola é interessante porque pode provocar reflexões que alterem esse quadro."

A precária infraestrutura escolar é outro fator desestimulante. "Da maneira que funciona atualmente torna-se um mecanismo de expulsão", afirma. "Na maioria dos casos não existe diálogo com a realidade desse jovem para que ele entenda onde está, o que está fazendo e o mais importante, onde pode chegar."

A opinião é compartilhada pelo professor José Marcelino de Rezende Pinto, especialista em políticas educacionais da Universidade de São Paulo (USP). Ele ainda destaca que o nó da evasão só pode ser desatado com uma série de medidas conjuntas, que vão além da gestão e envolvem o financiamento. No pacote está ainda o alto índice de repetência. "Tratam do problema como se a culpa fosse do aluno e não do meio porque ainda impera a mentalidade de que a nossa escola não é para todo mundo", diz. "A instituição não lida bem com os alunos que não conseguem se adequar ao seu modelo e é um modelo que faz pouco sentido para o jovem."

Formação falha de mão de obra ameaça a competitividade

Edson Pinto de Almeida, para o Valor, de São Paulo
03/02/2010

O Brasil precisou de uma década e meia para ampliar em dois anos a média de estudo da população com mais de 15 anos. De acordo com dados do IBGE, de 1992 a 2008, esse número saltou de 5,2 anos para 7,4 anos, abaixo ainda dos oito anos estabelecidos pela Constituição - e agora dos nove anos da educação fundamental, de acordo com a nova legislação. Acelerar esse processo com qualidade é um dos grandes desafios do país que pretende ser a quinta economia do mundo nos próximos anos.

"A conta pelo descaso com a educação está sendo paga com pelo menos 30 anos de atraso", afirma Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan). O apagão de mão de obra assusta mais do que o desemprego. A falta de engenheiros, por exemplo, é apenas um dos sinais de que o país precisa agir rapidamente para não aumentar o prejuízo e comprometer o futuro.

Embora os efeitos do problema ganhem visibilidade na ponta do ensino superior, especialistas no assunto avaliam que as causas estão na ponta de baixo, a começar pela educação infantil. Mesmo com os avanços dos últimos 16 anos, há muito que se fazer. "Somente em meados da década de 90 conseguimos universalizar a presença das crianças de 7 a 14 anos nas escolas. Foi muito tarde, mas ainda assim é algo a ser comemorado", diz o economista e educador Cláudio de Moura Castro. "Contudo, reprovação e repetência continuam muito altas na transição da quarta para quinta série e altíssimas na oitava série e no médio. São das mais altas do mundo."

O acesso de crianças de zero a três anos às creches saltou de 7,6% em 1992 para 18,1% em 2008. O ideal seria estar em 30%. A taxa de frequência dos alunos do ensino médio aumentou de 18,2% para 50,4% nesse mesmo período. Mas 56,2% dos alunos não concluem na idade adequada o ciclo da educação básica.

Segundo a professora da Unicamp, Maria Helena Guimarães de Castro, ex-secretária de Educação do Estado de São Paulo, pesquisas feitas nos Estados Unidos e na Europa demonstram que oferecer uma pré-escola de qualidade é a melhor garantia para o desenvolvimento e desempenho das crianças sobretudo nas faixas de menor renda. Hoje, a taxa de frequência de alunos das famílias mais pobres na primeira série é de 55,4%, mas cai para 36,4% na oitava série, com alto grau de repetência.

A educação acaba sendo um espelho da desigualdade social do país. Segundo análise do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), enquanto a população mais rica apresenta tempo médio de escolaridade de dez anos, os mais pobres não superaram a faixa de cinco anos. O professor de economia do Insper (ex-Ibmec), Eduardo de Carvalho Andrade, especialista no assunto, explica que há um impacto direto do tempo de escolaridade sobre a remuneração. "Um ano a mais de escolaridade representa um ganho médio de 15% no salário", diz. "O efeito é o mesmo na produtividade das empresas", diz.

Essa é mais uma prova de que educação é um bom investimento e produz retorno - até maiores, segundo Moura Castro, do que os recursos aplicados em capital físico. No Brasil, em proporção ao PIB, os investimentos alcançam 5%. "Em cinco anos, avançamos o equivalente a 1% do PIB e aumentamos o orçamento do MEC de R\$ 20 bilhões para R\$ 50 bilhões", informa o ministro Fernando Haddad, lembrando que o país está muito próximo da média de 6% do PIB ostentada pelos países da OCDE. Mesmo assim, ele defende aumentar esse valor. E comemora os R\$ 8 bilhões a mais que entrarão este ano com o fim da Desvinculação de Receitas da União (DRU) para a educação.

Para alguns especialistas, o problema maior não é tanto o volume total investido, mas a forma como é aplicado. "Na média mundial há países gastando menos e conseguindo resultados bem melhores", diz Moura Castro. Para Andrade, do Insper, a composição do gasto é equivocada. "Gasta-se mais com educação superior do que com a educação básica", afirma. Segundo relatórios da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a educação básica no Brasil recebe a metade dos recursos do que investem Chile, México e Argentina.

Haddad explica que mesmo nos países da Europa gasta-se mais com ensino superior "porque é mais caro". Em 2003, o investimento público por aluno no Brasil era de R\$ 12 mil no ensino superior e de R\$ 1,2 mil na educação básica. "Essa diferença caiu de dez para seis vezes em 2008", informa o ministro. Os R\$ 12 mil por aluno foram mantidos no ensino superior, mas o investimento per capita na educação básica subiu para pouco mais de R\$ 2 mil. "Estamos perto da média da União Europeia, onde essa diferença é de cinco vezes", diz Haddad. O Brasil tem 52,5 milhões de alunos na educação básica e cerca de 6 milhões no ensino superior.

Para os especialistas, o foco deve ser dirigido para a sala de aula. "A prioridade é melhorar o ensino nas séries iniciais. Tudo o mais ou é consequência ou será espontaneamente resolvido quando tivermos uma educação fundamental de qualidade", diz Moura Castro. Programas internacionais de avaliação comparada como o PISA colocam o Brasil nas últimas posições em relação ao ensino de matemática, ciências e português. "Ainda temos crianças analfabetas na quarta série", lembra Maria Helena Guimarães de Castro.

Novas medidas colaboram para melhorar quadro de professores

É impossível melhorar a qualidade do ensino sem bons professores. Segundo o economista Cláudio de Moura Castro, seriam necessários 30 anos para que houvesse a renovação do atual quadro docente, que apresenta sérias deficiências. Segundo dados do Inep, um em cada quatro professores do ensino básico não tem a habilitação exigida por lei - curso superior e magistério. É preciso encontrar mecanismos para recrutar melhor.

Moura Castro defende a adoção de vantagens financeiras para matriculados nos cursos de formação de professores. Para ele, políticas de aumentos salariais adotadas isoladamente são ineficazes. Em sua opinião, o Enem pode ser um bom instrumento para definir níveis de competência acadêmica. "Do lado financeiro, tanto o Prouni [Programa de Universidade para Todos] como o crédito educativo são instrumentos valiosos", diz.



O ministro da Educação, Fernando Haddad, afirma que o governo vem fazendo sua parte para melhorar a formação dos professores. Segundo ele, com a aprovação do novo Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), será garantida a gratuidade para formação inicial de professores, pois o aluno poderá estudar em escola particular e quitar o financiamento enquanto estiver atuando em escola pública. Cada mês de exercício profissional representa o abatimento de 1% do total. "Essa é uma forma de atrair bons profissionais para o ensino público", diz. Outra medida importante, em sua opinião, foi a instituição do piso nacional do professor, que foi reajustado de R\$ 950,00 para R\$ 1.014,67 em primeiro de janeiro. Embora tenha ficado abaixo do valor reivindicado pelos professores, Haddad considera que houve um avanço importante. "Em 2003, um profissional de nível superior ganhava 86% a mais do que um professor com o mesmo nível de escolaridade. Em 2008, antes mesmo do piso, essa diferença caiu para 51%", afirma.

O próximo passo, segundo ele, é a aprovação no Congresso de mecanismos que estabeleçam uma contrapartida para esse apoio. "A ideia é criar um filtro tanto para a graduação como para a carreira do professor, exigindo uma nota mínima no Enem e admissão por meio de uma prova nacional, para que os governadores possam acompanhar", explica.

Haddad afirma que, além de ampliar as licenciaturas na universidades públicas, o governo também instituiu uma bolsa de iniciação à docência, no valor de R\$ 350. "O Brasil está bem posicionado na área de iniciação científica mas não tinha nada correspondente para a iniciação à docência. Criamos a bolsa para garantir a permanência dos licenciandos e a interação com a escola pública. É espécie de residência que o aluno faz para o magistério", diz.

Para a professora da Unicamp e ex-secretária de educação de São Paulo, Maria Helena Guimarães de Castro, outra medida importante é mudar a estrutura da carreira dos funcionários do sistema de ensino. "Em São Paulo, por exemplo, o cargo é da pessoa. Se um vice-diretor se afasta, não é permitido abrir uma vaga para professor", diz. Outra distorção atinge os diretores de escola. "Eles são escolhidos por concurso e ficam no cargo até a aposentadoria, independentemente de sua competência", afirma.

Segundo ela, já há experiências em Minas Gerais, Pernambuco e Ceará onde os diretores são escolhidos por meio de uma prova e assinam um contrato de gestão, com metas. "Um diretor sozinho não pode dar conta das tarefas burocráticas e ao mesmo tempo cuidar dos aspectos de qualidade", diz. **(E.P.A.)**

Oferta de cursos cresce, mas o acesso ainda é para poucos

Edson Pinto de Almeida, dara o Valor, de São Paulo
03/02/2010

O ensino superior brasileiro vive o melhor e o pior dos mundos. De um lado há dados que mostram resultados notáveis. O número de pesquisadores cresceu dez vezes nas últimas duas décadas e hoje o Brasil já superou a Rússia em produção científica, de acordo com a Thomson Reuters. Não está longe de superar a Índia, o que deixará o país atrás apenas da China no grupo do BRIC. O problema não está na oferta de cursos. A partir de 1998, houve uma expansão sem precedentes, com abertura para a iniciativa privada. Foram criadas mais de 1.300 faculdades e centros universitários no país. De acordo com o último censo, há cerca de 6 milhões de jovens frequentando cursos de graduação. A questão maior é como estimular a demanda.

Os dados oficiais mostram que apenas 13% dos jovens entre 18 e 24 anos estão incluídos nessa etapa da educação. A meta fixada pelo Plano Nacional de Educação era alcançar 30% em 2011. Para o professor de economia do Insper, Eduardo de Carvalho Andrade, esse quadro é consequência do gargalo existente hoje no ensino médio. "É preciso dar formação adequada para esse jovem prosseguir no curso superior ou chegar com uma boa formação para ingressar no mercado de trabalho", diz.

Para Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), uma das formas de atrair jovens para o banco da escola é mostrar experiências bem sucedidas. Um projeto piloto levado às comunidades está sendo feito em conjunto com designers de moda. "Temos um polo de confecção importante, capaz de gerar oportunidades de trabalho. A ideia é atingir um público entre 13 a 15 anos, incentivando formação técnica e especialização superior", diz.

Um estudo elaborado pelo departamento de competitividade da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) mostra que o Brasil forma 60 mil engenheiros por ano, enquanto na China esse número é dez vezes maior. A grande procura por esses profissionais ganhou visibilidade em função da perspectiva de vultosos investimentos no setor de infraestrutura. José Ricardo Roriz, diretor da Fiesp, observa que a demanda por profissionais nas áreas de energia, biotecnologia, meio ambiente também deve se intensificar.

De acordo com o economista e educador Cláudio de Moura Castro, o ensino superior brasileiro está muito à frente de nossos vizinhos no continente, seja em construções, laboratórios, parque de computadores e professores com mestrado e doutorado. Para ele, o calcanhar de Aquiles é a fraca qualidade dos alunos. A seu ver, a sangria no ensino médio acaba provocando um ponto de estrangulamento antes do vestibular que limita o crescimento das matrículas no curso superior.

Para o ministro da Educação, Fernando Haddad, uma das soluções é acabar com o vestibular. "É preciso eliminar essa camisa de força para poder melhorar e diversificar o ensino médio", afirma. Segundo ele, 25 instituições já abandonaram o vestibular e adotaram o Enem como mecanismo de entrada. Na avaliação de Moura Castro o ensino médio brasileiro é difícil demais e possui currículos excessivos, oferece um cardápio único sem levar em conta o nível dos alunos e não consegue preparar o aluno nem para o vestibular nem para o mundo do trabalho. "Não há país no mundo que tenha criado tamanha assombração", afirma.

A falta de preparo dos alunos tem sido a justificativa utilizada pelas instituições privadas de ensino superior quando cobradas a respeito da qualidade dos cursos. Hoje no Brasil o ensino superior é predominantemente privado. Das 2.252 instituições existentes no país, 90% são privadas. Existe um equilíbrio apenas nas universidades: 97 são públicas e 86 são privadas, de acordo com dados oficiais do IBGE.

Para Eduardo Andrade, do Insper, a expansão do ensino superior por meio da iniciativa privada foi benéfica mas não eliminou uma distorção. "Os mais ricos estudam nas escolas públicas enquanto os mais pobres dependem de linhas de financiamento para frequentarem as escolas privadas", diz. Ele é favorável a à adoção de um modelo, como o australiano, em que o aluno depois de formado devolva de alguma forma o recurso que o Estado investiu.

Roriz defende um planejamento nos moldes de uma política industrial. "Hoje a maioria dos engenheiros vai trabalhar no mercado financeiro. Por que não aprimorar o currículo dos cursos de economia e administração para evitar essa migração?", argumenta.

Esse reposicionamento dos cursos de administração e da educação executiva já começou nas instituições de ponta. A FGV-EAESP, de São Paulo, introduziu novas disciplinas e vem ajustando seus cursos para as novas demandas do mercado de trabalho. "Estamos direcionando nosso foco para o empreendedorismo e para a internacionalização, além de ampliar o contato dos alunos com a prática", diz a vice-diretora da instituição, Maria José Tonelli.

Carência de quadros técnicos compromete gestão eficiente

Marco Damiani, para o Valor, de São Paulo
03/02/2010

Há vagas. Curta, objetiva e, sobretudo, estimulante dos pontos de vista social e econômico, a tradicional frase estampada nos quadros de avisos nos portões das indústrias está cada vez mais associada a um importante complemento: dá-se preferência aos candidatos com formação técnico-profissionalizante. Em razão dos avanços tecnológicos e das crescentes necessidades específicas das empresas, as chances de inserção no mercado de trabalho aumentam à medida que o candidato tenha em seu currículo um diploma de aprendizagem profissional.

"A indústria vive um momento de grande carência por técnicos", atesta o diretor-executivo da Fundação Nacional da Qualidade, Ricardo Corrêa Martins. "Na prática, essa demanda reprimida por candidatos qualificados faz com que a formação profissionalizante complementar à educação generalista represente um atalho para a obtenção de uma vaga nos mais diferentes setores da economia."

Das pontas tecnológicas como a indústria eletroeletrônica, aeronáutica e de produção de óleo e gás até as áreas de emprego de mão de obra intensiva como a construção civil e a alimentação, o que se vê é um quadro no qual as empresas têm encontrado mais dificuldades do que facilidades na obtenção do novo profissional qualificado. "Há um apagão de mão de obra", aponta o diretor de Política Industrial da Confederação Nacional da Indústria, Alcântaro Corrêa. "As vagas estão aí, mas falta gente com qualificação adequada para o seu preenchimento". A raiz desse

problema, sustentam os especialistas, está no sistema de ensino praticado no Brasil. Em países desenvolvidos como Estados Unidos e Alemanha, mas também em emergentes a exemplo da Coreia do Sul, perto de 50% dos estudantes que se formam no ciclo educacional médio deixam os bancos escolares com noções de formação técnico-profissionalizante. No Brasil, esse índice ainda não chega à marca de 10%. Lá fora, por outro lado, o estudante é estimulado a prosseguir seus estudos em alinhamento com programas de estágio na iniciativa privada, mas por aqui esse tipo de articulação não consegue, historicamente, avançar em larga escala.

A ausência de um forte acento técnico-profissionalizante na rede educacional, tanto pública quanto privada, também implica a elevação dos índices de evasão escolar, em especial no momento em que o aluno completa a educação básica e inicia os três anos do ensino médio (antigo colegial). Em 2008, nada menos que 19,4% dos estudantes entre 15 e 18 anos de idade matriculados em escolas da Grande São Paulo simplesmente desistiram de ingressar no ensino médio. No final das contas, é esse tipo de movimento social que resulta no fato de a população brasileira apresentar uma escolaridade média de 7 anos contra 12 anos na Coreia e 13 anos na Alemanha. "A característica generalista do ensino regular ajuda a entender por que tantos jovens deixam a escola tradicional para procurar outras alternativas que os conduzam com mais chances ao mercado de trabalho", diz o ex-secretário de política econômica do Ministério da Fazenda e professor titular da Unicamp Julio Sérgio Gomes de Almeida. "Essa falta de conexão entre o que se ensina nas escolas e as exigências do mercado de trabalho faz com que o tema do treinamento da mão de obra seja um dos principais gargalos a serem superados no Brasil pós-crise."

Em medidas que seguem pela mesma direção, tanto o governo como a iniciativa privada já perceberam a gravidade da falta de sintonia entre escolas e mercado de trabalho. E estão agindo. Com investimentos superiores a R\$ 1 bilhão, o Ministério da Educação está elevando de 215 mil para 500 mil o número de vagas nas escolas técnicas federais. Antigo reduto das elites, que mais rapidamente perceberam as vantagens de orientar seus filhos para as ilhas de excelência educacional e profissionalizante demarcadas nestas instituições, as escolas técnicas estão crescendo em número e capilaridade. Eram 140 em 2004, são 272 hoje e devem chegar a 354 até o final do ano, em todos os Estados, de acordo com as projeções oficiais. Nelas, o corpo docente tem salários e benefícios maiores do que nas outras esferas do ensino público, o material didático é considerado de alta qualidade e os laboratórios buscam simular as situações do dia a dia de empresas de diferentes setores econômicos.

Na prática, conjugam as matérias do ensino médio generalista com o treinamento de cunho profissional. O governo federal criou o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, como forma de avaliar e normatizar o ensino profissionalizante no país.

Em São Paulo, Estado mais industrializado da Federação, a aposta do atual e dos governos anteriores tem sido a ampliação das Fatecs - Faculdades de Tecnologia com cursos de três anos de formação, carga horária de 2,4 mil horas e currículos mais alinhados com as necessidades práticas de setores como agronegócio, comércio exterior, vestuário e manutenção industrial. Com 47 cursos de graduação, já são 49 Fatecs distribuídas em 46 municípios. A rede pública profissionalizante paulista se completa com 179 Etecs, escolas de ensino médio e técnico presentes em 134 cidades paulistas. A partir deste ano, essas instituições contam com uma grade de 89 cursos técnicos, com duração média de 1,5 mil horas/aula (três semestres). "As Fatecs e Etecs representam o bom casamento entre escola e emprego", defende o secretário paulista de Ciência e Tecnologia, Geraldo Alckmin.

No outro prato da balança, empresários da área de ensino igualmente têm buscado aproveitar as oportunidades que a crescente demanda pelos cursos profissionalizantes tem aberto. "Estamos em pleno desenvolvimento da aproximação dos nossos currículos com as necessidades apresentadas pelos ambientes empresariais", diz o professor Luiz Roberto Curi, diretor nacional de ensino superior e pesquisa do SEB - Sistema Educacional Brasileiro S.A., uma companhia privada com 500 mil estudantes matriculados, dos estágios fundamental ao superior, dona de grifes do ensino médio como os colégios Pueri Domus e Dom Bosco. "Esse processo de adaptação é complexo, mas tem de ser buscado sob pena de o fosso existente hoje entre os currículos tradicionais e a vida real das empresas aumentar cada vez mais".

No grupo mais avançado em relação ao ensino profissionalizante, a UniCoc, cursos como os de gestão de inovação, negócios e recursos humanos estão atraindo estudantes que antes se dirigiam exclusivamente às faculdade de ciências contábeis. "Os requisitos profissionais contemporâneos estão dissociados dos cursos tradicionais de bacharelado", acredita Curi.

Na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, ele exerceu as funções de diretor de Políticas de Ensino Superior do MEC, onde acompanhou a reorientação dos currículos dos cursos públicos voltados para a formação de tecnólogos - profissionais egressos de escolas de nível superior que oferecem currículos com ênfase nos aspectos técnicos das carreiras. Buscava-se, naquele movimento, uma maior angulação para as áreas de pesquisa e desenvolvimento e intersecção com os interesses da indústria. "A verdade é que esse processo foi dissolvido", reclama ele. "Hoje, a visibilidade do ensino profissionalizante ainda é muito pequena quando comparada à abrangência do ensino geral."

Fundado em 1997, a partir de uma única escola de informática, o Grupo Microlins exhibe hoje, doze anos depois, nada menos que 700 endereços de ensino profissionalizante, com mais de 40 cursos diferentes. "Nos orgulhamos de ser uma escola de profissões", afirma o presidente José Carlos Semenzato. Integrante da holding Anhanguera Educacional e Participações, o grupo amealhou cerca de 500 mil matrículas para seus cursos em 2009. Este ano, a meta é crescer 10%. O empresário explica que o vertiginoso sucesso de público tem relação direta com a explosão da

oferta de cursos de ensino superior verificada nos últimos dez anos. Porém, com sinal trocado. Na contramão daquelas instituições, que lecionam cadeiras com extensão média de quatro anos e cobram mensalidades quase sempre próximas à casa dos mil reais, os cursos administrados pelo grupo têm duração nunca superior a três anos e preços que podem chegar a um terço dos praticados nas faculdades.

"Nosso objetivo é preparar o jovem para o primeiro emprego. Todas as nossas escolas possuem uma agência de encaminhamento ao mercado", conta Semenzato.

A veloz escalada dos cursos profissionalizantes privados, assim como a multiplicação das instituições de ensino superior, desperta críticas entre observadores. "Os cursos profissionalizantes realmente bons, que atendem às necessidades da indústria, não são muitos", aponta Ricardo Corrêa Martins, da FNQ, entidade mantida por companhias privadas cuja missão é avaliar e aprimorar os métodos de gestão empresarial.

"A baixa qualidade atual é até compreensível, e pode ser melhorada." Martins lembra que, historicamente, os cursos profissionalizantes foram estigmatizados como um setor de segunda classe do ensino tradicional, normalmente ministrados no período noturno e procurados pelas parcelas mais humildes da população. "O pessoal trabalhava durante o dia e corria para as escolas chamadas técnicas na esperança de trocar de emprego ou se qualificar para postos melhores na própria empresa", recorda. "Hoje, a classe média que sempre torceu o nariz para essa alternativa está começando a perceber nas carreiras técnicas uma chance maior de empregabilidade."

Essa percepção já faz parte da cultura de países altamente desenvolvidos. É o caso de uma das nações mais industrializadas do planeta, a Alemanha. Lá, a esmagadora maioria dos estudantes de nível médio é incentivada a escolher cursos técnico-profissionalizantes oferecidos pela articulação entre sindicatos de empresas privadas, entidades sindicais de trabalhadores e órgãos estatais como os ministérios do Trabalho e Educação. Ao completar a décima série do ensino regular, à altura dos 16 anos de idade, o estudante pode optar por fazer um estágio remunerado dentro dos grandes conglomerados industriais, tendo diante de si um rol com cerca de 280 diferentes profissões. Durante três anos e meio, então, o aluno terá quatro dias seguidos de trabalho na empresa e um dia inteiro de estudo em sala de aula, como forma de aprender o ofício e, ao mesmo tempo, completar sua formação acadêmica. Ao final, será submetido a uma prova rigorosa que, bem resolvida, irá garantir um emprego bastante sólido.

Esse sistema vigora no país nos últimos 50 anos, mas começou, de forma embrionária, no início do século 20, antes mesmo da Primeira Guerra Mundial. Hoje, espalhou-se por países como Áustria e Suíça, além de funcionar nas subsidiárias de empresas alemãs espalhadas pelo mundo. "É um modelo imbatível, o melhor do mundo, mas de altíssima complexidade", define o especialista em educação profissional e assessor especial da escola Positivo, de Curitiba, Cláudio Moura Castro. "O Brasil não tem necessidade de importá-lo, mas sim de aprofundar todos os modelos hoje vigentes entre nós, que se completam."

Cursos especializados garantem inserção mais rápida no mercado

Marco Damiani, para o Valor, de São Paulo
03/02/2010

A atenção da indústria à área da educação é uma preocupação de décadas. Fundado em 22 de janeiro de 1942, o Senai - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial completa 68 anos de atividades consolidado como o principal instrumento de ensino profissionalizante do país. Com pouco mais de mil alunos matriculados em seu ano de estreia, a estrutura de educação profissional e tecnológica integrante do sistema CNI - Confederação Nacional da Indústria formou, em 2009, um contingente de 1,8 milhão de alunos, orientados por 1,1 mil instrutores, 747 técnicos de ensino e 210 professores. O total de matrículas em 2009 somou um milhão.

Está em pleno desenvolvimento o processo que leva o Senai a dedicar metade de seu orçamento à abertura e manutenção de vagas gratuitas para seus estudantes. "Estamos acompanhando de perto esse processo", diz o ministro da Educação, Fernando Haddad. "Os primeiros resultados mostram que ele está sendo bem executado, o que significa um grande apoio ao aprimoramento do ensino profissional público no Brasil." Pesquisas indicam que cerca de 90% dos formados pelos cursos profissionalizantes da instituição obtêm ingresso imediato no mercado de trabalho.

"Ao longo da história, o Senai sempre atuou em alinhamento com as demandas da indústria, buscando soluções de ensino tanto para carreiras clássicas como para as que surgem em ritmo acelerado a partir da inovação tecnológica", assinala Alberto Borges de Araújo, assessor da direção da entidade. Neste momento, o maior volume de matrículas se dá nos cursos de formação inicial, relacionados às áreas de eletroeletrônica, metalmeccânica, construção civil e automotiva. Com carga horária mínima de 160 horas, eles podem ser feitos por alunos com diferentes graus de escolaridade. No total, são 184 diferentes atividades profissionais.

Não é, porém, apenas com o ensino profissionalizante a preocupação da indústria. Ciente de que a educação de base é o maior estofo para a formação de uma mão de obra cada vez mais qualificada, a CNI está ampliando suas históricas atenções com o Sesi - Serviço Social da Indústria. Com uma poderosa estrutura de 8,7 mil professores, 325

escolas próprias, 480 classes instaladas em empresas e 1,8 mil teleaulas, o Sesi vai investir em 2010 nada menos que R\$ 1,3 bilhão em educação e ações educativas. Hoje, abriga 145 mil alunos em sua rede de ensino fundamental, 15 mil dos quais em período integral.

"Não há como fazer grandes projetos de educação profissionalizante se não houver uma base educacional sólida", diz a gerente executiva de educação do Sesi, Mariana Raposo. Ela lembra que, de acordo com dados dos Relatórios Anuais de Informações Sociais (Rais), em dezembro de 2008, entre os 9,8 milhões de trabalhadores na indústria, 5,3 milhões não haviam concluído a educação básica. Destes, 2,7 milhões não tinham o fundamental completo. Para corrigir este tipo de distorção, o Sesi aposta na ampliação da escala de seus cursos de tempo integral, de um lado, e no incremento da tecnologia de ensino, de outro. "Estamos em pleno processo de renovação qualitativa, no qual todas as nossas escolas terão laboratórios móveis de ciências, todos os professores terão notebooks e mais de 40% dos nossos alunos entre 6 e 7 anos estudarão em período integral."

Fonte: Valor Econômico